

Vulnerabilidades e Resiliência no território da Macrometrópole – Enfrentando Riscos e Desastres



Victor Marchezini



Andrea Lampis

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Resiliência; Macrometrópole Paulista; Gestão do risco; Narrativa do risco.

Em 'Quarto de despejo: diário de uma favelada', Carolina Maria de Jesus narra as histórias de seu cotidiano na década de 1950, na cidade de São Paulo: a batalha diária envolvia caminhar pelas ruas a fim de recolher papelão, metais e quaisquer outros materiais que pudessem ser vendidos e juntar dinheiro para tentar comprar pão, leite e outros alimentos e/ou mesmo trocar itens com os vizinhos; ou, ainda, conseguir as sobras dos ossos nos açougues, com o objetivo de alimentar os filhos. As precariedades do trabalho, alimentação, saúde e da moradia de Carolina eram prejudicadas por outros riscos cotidianos geralmente negligenciados – fome, violência (de gênero, policial), umidade na casa, falta de saneamento básico, doenças, despejo etc. – e, eventualmente, pelas chuvas e alagamentos, que acabavam, por exemplo, molhando o papelão, um dos principais materiais que recolhia. Carolina enfrentava não só a pobreza econômica, mas outras vulnerabilidades – que, em seu

cotidiano, interseccionavam-se – como a fraqueza física, o isolamento social e o estigma territorial de viver na favela, a falta de acesso às instituições públicas e ao poder político e o racismo.

Carolina havia de enfrentar essas vulnerabilidades cumulativas com as capacidades e os recursos de que dispunha – o que hoje alguns denominam como resiliência. Mas tanto essas situações de vulnerabilidade quanto as condições para ser resiliente não dependiam só de Carolina. Elas eram resultado de processos sociais acumulados ao longo da história brasileira – sendo o racismo e a desigualdade exemplos das causas básicas da vulnerabilidade. Essas causas básicas não eram estáticas, mas eram intensificadas e/ou reduzidas por pressões dinâmicas como dívida externa, preços das commodities, especulação imobiliária, situação das políticas públicas (Figura 1), resultando, assim, em condições inseguras de viver, seja como refugiado, população em situação de rua, morador de habitação sem acesso a saneamento básico e em lo-

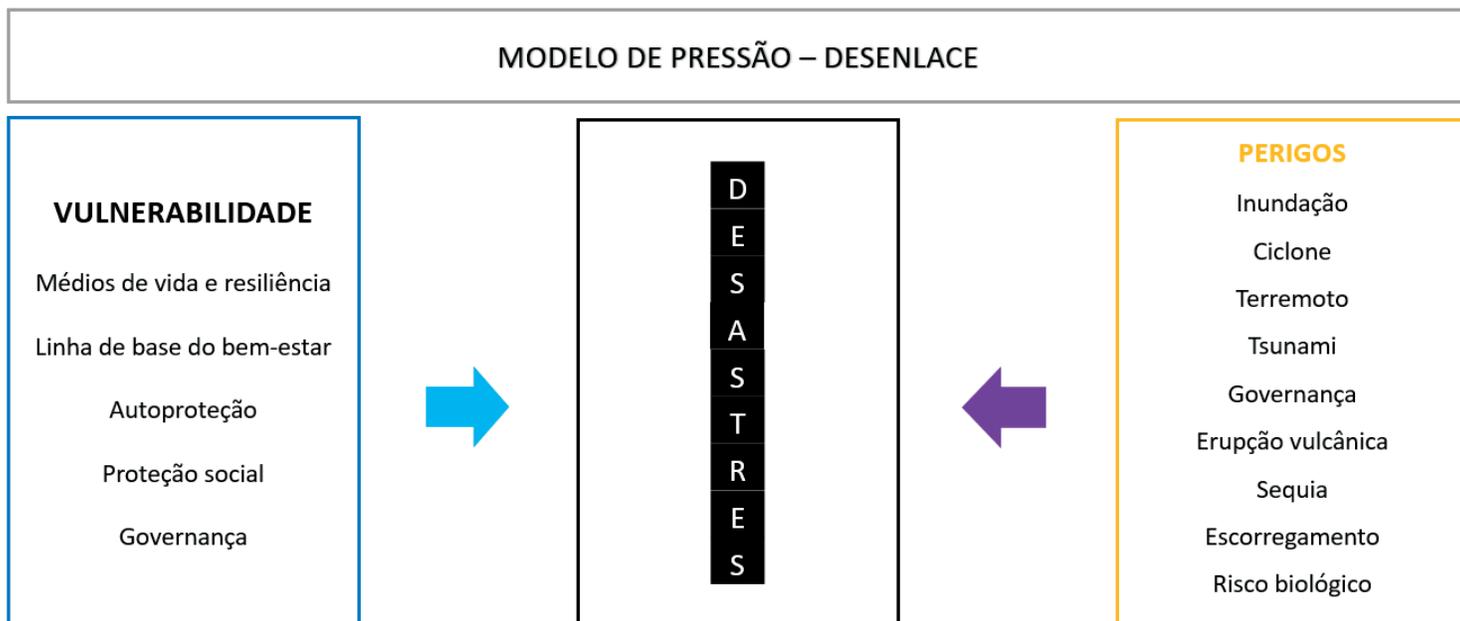


Figura 1 - Modelo de Pressão - Desenlace

Fonte: Adaptado de Wisner et al (2012).

cais suscetíveis a ameaças como contaminação – do solo, água, ar – e alagamentos, inundações, deslizamentos.

“Ser resiliente” frente a estas ameaças e outros riscos cotidianos sem questionar os modelos de crescimento econômico excludente é um discurso presente tanto no meio operacional da defesa civil, como em números especiais de revistas científicas que se propuseram a discutir as imbricações entre modelos de desenvolvimento e ações de redução de risco de desastres (RRD), mas que acabaram tangenciando o tema central. Enquanto o crescimento econômico é uma variação do Produto Interno Bruto (PIB) – uma dimensão estrita-

mente econômica –, o conceito de desenvolvimento incorpora mais dimensões como a distribuição de renda, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o acesso a um meio ambiente sadio etc.

Embora o Escritório das Nações Unidas para RRD propague a mensagem de que desastres são problemas mal resolvidos de desenvolvimento e o Estado de São Paulo seja considerado um “Estado resiliente”, a transformação desse discurso em prática está distante de acontecer.

O conceito de resiliência busca posicionar a expressão de uma agenda institucional focada na perspectiva do ecossistema e a contribuição de estudos sobre vulnerabilidade social e gestão

de riscos que convergiram em um ponto chave é desconhecida: a construção social do desastre tem como resultado pressões múltiplas sobre grupos com menos ativos e menos capacidades, que por sua vez geram enormes pressões nos territórios (BÉNÉ et al., 2018; RIBOT, 2010).

Esta discussão deixa em aberto a pergunta: Como a Macrometrópole Paulista tem abordado a agenda de desenvolvimento e RRD?

Desenvolvimento e RRD na Macrometrópole Paulista

Nesse campo de poder em torno de tema é comum que, no plano discursivo, faça-se menção ao “Marco de Ação de Sendai” e se ecoem palavras sobre a necessi-

dade de se pensar nos modelos de desenvolvimento, na produção social do risco de desastres, em ações de RRD, na mudança de foco da gestão de desastres para gestão de risco, nas cidades resilientes, na adaptação às mudanças climáticas. Na prática, as possibilidades de mudança social são controladas – há várias gerações – por elites políticas e econômicas que se alternam nas posições de poder a fim de permitir que a máquina de crescimento econômico excludente e concentrador de renda possa se perpetuar no país, em um tipo de autocracia já descrita por Florestan Fernandes na década de 1950, mesma década em que Carolina Maria de Jesus escrevia seu Quarto de despejo.

Essa disjunção entre o discurso e a prática também ocorre na Macrometrópole Paulista, identificada em diversos casos de estudo que, de algum modo, relacionam-se à temática de vulnerabilidade e resiliência, no afã de encontrar caminhos que reduzam os desastres como expressões de um modelo de crescimento econômico insustentável e excludente.

Em São Luiz do Paraitinga, a análise das políticas de reconstrução após a inundação de 2010 revelou que estas buscaram restabelecer as configurações territoriais anteriores ao evento extremo, sem questionar sobre como os investimentos realizados na reconstrução poderiam reduzir as vulnerabilidades pré-existen-

tes – o Produto Interno Bruto do município nos dois primeiros anos posteriores à inundação foi maior que os anos anteriores ao desastre, em razão dos recursos estaduais e federais investidos nas a oes de reconstru o e recupera o (MARCHEZINI et al., 2017).

Em Santos, as discussões sobre as políticas de adapta o frente às mudanças climáticas são influenciadas por grupos de interesse que já exercem pressão sobre o poder público municipal e/ou dele fazem parte como, por exemplo, as construtoras, as imobiliárias, os proprietários de imóveis (MOREIRA, 2018).

Na Região Metropolitana de São Paulo, as capacidades institucionais das defesas civis municipais são: i) dependentes da agenda política dos prefeitos; ii) demandadas pelas respostas às solicita oes do Ministério Público; iii) pautadas pela necessidade de resposta aos tipos de ameaças mais frequentes em cada época do ano (vide artigo de Mundim, Artuso e Ferreira, neste número especial). E quem cuida da agenda de desenvolvimento e RRD?

Considera oes finais

No conjunto, o artigo ilustra que o reconhecimento da rela o entre vulnerabilidade social, desastres e, caberia acrescentar, mudança climática   um eixo fundamental para catalisar um giro no paradigma da redu o de risco de desastres desde a abordagem tecnocrática a outra cen-

trada na justiça socioambiental. O primeiro elemento de reflexão centra-se na necessidade de expansão dos arcabouços conceituais e operacionais das políticas aplicadas no campo da redu o do risco de desastres em dire o   política de prote o social e redistribui o de recursos focada na garantia do gozo dos direitos econ micos, sociais e culturais.

Essa   uma das peças fundamentais que faltam no debate sobre resiliência, gestão do risco de desastres e adapta o às mudanças climáticas nas áreas urbanas. A gestão de riscos e os chamados   resiliência feitos num vazio conceitual e político não são a única estratégia de adapta o e nem provavelmente a mais útil e viável, já que postergam o enfrentamento da questão fundamental sobre uma gestão do risco que se concentre na pessoa e transcenda a dimensão da cidade como espaço construído e como sistema.

 s perguntas feitas anteriormente gostaríamos de acrescentar outras para subsidiar futuros diálogos socioambientais em torno do tema modelos de desenvolvimento e RRD na Macrometrópole Paulista:

1- Em que medida gestores públicos e cientistas sabem a diferença entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento?

2- Como incorporam essas diferenças conceituais ao planejamento os projetos?

3- Como incorporam a agenda de modelos de desenvolvimento e RRD no âmbito do programa cidades resilientes?

4- Em que medida economistas têm sido envolvidos no tema de RRD?

5- Como os projetos de crescimento econômico e/ou desenvolvimento estão incorporando o tema de gestão de risco de desastres?

6- Como modelos econômicos – como a economia solidária – tem sido repensados a fim de reduzir as vulnerabilidades, riscos e desastres que geram?

7- Qual a porcentagem do PIB dos municípios da macrometrópole tem sido investida em ações de RRD, para além das ações de mapeamento e monitoramento?

8- Qual o grau de preparo das defesas civis Estadual e mu-

nicipais para lidar com o tema de desenvolvimento e RRD?

Referências

BÉNÉ, C. et al. Resilience as a policy narrative: potentials and limits in the context of urban planning. **Climate and Development**, v. 10, n. 2, p. 116–133, 2018.

MARCHEZINI, V. SARTORI, J. GONÇALVES, J. C. Desenvolvimento, Desastres e Reconstrução: o caso de São Luiz do Paraitinga/SP, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.13, p.202 - 226, 2017.

MOREIRA, Fabiano de Araújo. **Adaptação às mudanças climáticas**: avaliação da capacidade adaptativa de Santos, São Paulo. 2018. 1 recurso online (233 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto

de Geociências, Campinas, SP.

WISNER, B., GAILLARD, JC, & KELMAN, I. Framing disaster: Theories and stories seeking to understand hazards, vulnerability and risk. In WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.), **The Routledge handbook of hazards and disaster risk reduction**. London: Routledge, 2012. pp. 18–34.

RIBOT, J. **Vulnerability does not fall from the sky**: Towards multi-scale, pro-poor climate policy. Social dimensions of climate change: equity and vulnerability in a warming world, p. 319, 2010.



© Rodolfo B. Moura, 2020.
Vila São José, São Bernardo do Campo-SP